

**POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA: UM OLHAR DE LUTA E RESISTÊNCIA  
AO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO”**

**FOR A DEMOCRATIC EDUCATION: A LOOK OF FIGHT AND RESISTANCE TO  
THE “NON-PARTISAN SCHOOL MOVEMENT”**

**POR UNA EDUCACIÓN DEMOCRÁTICA: UNA MIRADA DE LUCHA Y  
RESISTENCIA AL MOVIMIENTO “ESCUELA SIN PARTIDO”**

Juliana Pereira RAGETELES<sup>1</sup>

Ana Carolina Marsiglia GALVÃO<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo fomentar a discussão sobre a crise nas instituições democráticas que vêm se apresentando no Brasil há alguns anos, especialmente em relação às tentativas de cerceamento e silenciamento do pensamento crítico na educação escolar, materializado nos ideários contidos no Movimento Escola sem Partido. Trata-se de um estudo teórico conceitual que busca analisar os fundamentos deste projeto e quais são os seus interesses para a educação do país. Justificamos a escolha desta temática por compreender a urgência de lutarmos pela preservação do direito à liberdade de cátedra e do ato de ensinar, defendendo a socialização dos conhecimentos artísticos, científicos e filosóficos, especialmente nas escolas públicas brasileiras, espaço predominantemente frequentado pelos filhos da classe que vive do trabalho. Podemos concluir que o Movimento Escola sem Partido se caracteriza como um antimovimento social que busca interferir de maneira autoritária no trabalho docente, determinando quais os conteúdos e como estes devem ser transmitidos nas salas de aula. A partir das conclusões alcançadas salientamos a importância da organização coletiva de um movimento forte de resistência às investidas que, ora ou outra, atentam ferozmente contra a constituição e manutenção de uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Educação democrática. Escola pública. Pedagogia histórico-crítica.

### **Introdução**

Ao analisarmos o atual cenário político que se desenhou no Brasil nos últimos anos, fica evidente que passamos por uma grave crise nas instituições democráticas. Este fato gera grande preocupação, especialmente por parte daqueles que buscam uma sociedade em que os direitos sociais e humanos sejam uma realidade para todos os cidadãos.

---

1 Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES-ES. Professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Cariacica – ES. E-mail: julianarageteles@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7786-7564>.

2 Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista-Unesp/Araraquara. Professora do Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais e do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES-ES. E-mail: galvao.marsiglia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8451-8269>.

Esse contexto de crise democrática serviu como adubo para que grupos conservadores se organizassem e ganhassem notoriedade com suas bandeiras conservadoras. Desse fenômeno emergem ameaças e retrocessos que impactam e modificam, da pior maneira, as condições de vida da classe trabalhadora.

Os efeitos desse cenário podem ser facilmente percebidos em diversos âmbitos da sociedade. No campo educacional, como foco deste trabalho, destacamos o movimento “Escola sem Partido” como a expressão das investidas que vem de encontro à luta por uma educação democrática. Fundado no ano de 2004 pelo advogado Miguel Nagib, se popularizou em 2015 tendo como principal objetivo a interferência direta no trabalho docente e o controle sobre o que a escola deve, ou não, ensinar.

É desta realidade que parte nosso objetivo de analisar os ideários contidos no movimento “Escola sem Partido” e quais são os seus interesses para a educação. A seleção de tal temática justifica-se, especialmente, pela necessidade de fomentar discussões que explicitem a urgência de lutarmos pela preservação da liberdade de cátedra e a defesa da socialização dos conhecimentos artísticos, científicos e filosóficos, via educação escolar. Para essa análise, recorreremos à pedagogia histórico-crítica, por defender, de maneira radical, a escola pública, compreendendo-a como um lugar privilegiado para a socialização dos saberes acumulados historicamente, os quais a maioria dos indivíduos não teria a oportunidade de acessar fora do espaço escolar. É nesse sentido que Saviani (2011, p. 14) defende que a função da escola não é apresentar a face visível da lua, ou seja, reproduzir o que já está dado pela vida ordinária, cotidiana e que já é de conhecimento do aluno, mas, mostrar sua face oculta. Significa, pois, que a escola deve apresentar aquilo que está oculto à nossa percepção imediata, ensinando o que ainda é desconhecido, mas que é fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais. Logo, as questões políticas não poderiam ser excluídas.

### **1. Educação e democracia: uma relação intrínseca**

Após a experiência democrática teve diferentes expressões ao longo da história e consolidou-se em sua forma representativa. Bobbio (2009) define tal modelo como aquele em que as decisões são tomadas, não pelos que dela fazem parte, mas por pessoas que foram eleitas para essa função. Para o autor, o jogo político democrático deve ser o mais igualitário

possível, permitindo, assim, que todo cidadão consiga fazer parte ou até mesmo intervir nele, mas, como na Grécia Antiga, isso não acontece, tendo em vista que as condições objetivas de vida de cada cidadão o afasta ou o aproxima deste jogo. Para Abdalla (2017), as democracias em sociedades com contradições de classe acabam por manter a distinção entre os que realmente participam e os que são apenas iludidos com a ideia de que possuem poder de decisão.

Machado (2016) destaca que a escolha de representantes é utilizada desde o século XVIII, majoritariamente pelas sociedades que se estabeleceram como democratas. O autor explica que “[...] por meio da representação, os cidadãos escolhem pessoas que levarão suas demandas para outro nível, onde essas preferências são discutidas e podem vir a se tornar agenda governamental ou não” (idem, p. 9).

No entanto, é necessário salientar a importância de compreender que a democracia não é um mero instrumento para a escolha de representantes e que seu exercício não se esgota no momento do voto, mesmo que essa seja uma face valorizada do sistema democrático representativo. Encarar a democracia apenas pelo prisma eleitoral de direito ao voto é instrumentalizá-la e empobrecê-la. A democracia transcende a esfera procedimental e não se limita meramente a um sistema jurídico, ou seja, a democracia não é somente um conjunto de garantias institucionais. É a luta dos sujeitos por sua cultura e liberdade, contra a lógica dominante dos sistemas.

Ao longo dos anos, o modelo atual vem se desgastando. Combinações nocivas que somam fatores como: promessas não cumpridas, corrupção nos mais altos escalões, o aumento das desigualdades sociais e a falta de identificação do povo com os governantes, gerou, como consequência, uma sociedade marcada pela descrença nos órgãos políticos, pelo individualismo com forte apelo meritocrático e pelo não reconhecimento do outro. Em suma, a forma representativa da democracia se mostra insuficiente em seu papel de aplacar a injustiça social, como afirma Polak (2008). Segundo a autora, os desmandos autoritários apenas trocaram sua fonte emanadora: se antes os abusos partiam da figura do rei, hoje partem de uma minoria elitista que governa em seu próprio nome e, para a manutenção desta posição, são capazes de tudo.

Todo o quadro supracitado foi o estopim para uma sequência de manifestações, iniciadas no ano de 2013, que, a princípio, teve como bandeira central uma suposta luta contra a corrupção que culminariam com os protestos pelo *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, eleita, pela primeira vez, em 2010 e reeleita em 2014. Logo o movimento passou a ser palco de discursos de ódio, machismo, sexismo e ataque a uma conjecturada doutrinação marxista que estaria ocorrendo nas instituições de ensino do país. Ressurgia, então, o fantasma do comunismo, cujo temor foi inculcado desde a ditadura empresarial-militar brasileira.

Esse contexto de extremo conservadorismo e ataque às conquistas sociais criou o cenário ideal para a retomada do movimento “Escola sem Partido”, que, outrora, não ganhara notoriedade nomeio educacional por defender propostas que não tiveram ressonância social em seus primeiros anos. Porém, nessa nova tentativa de popularizar suas ideias, o movimento cresceu e ganhou força lançando mão de uma linguagem próxima ao senso comum, propagando um discurso simplista e dicotômico, utilizando as redes sociais como meio de divulgação.

Só então se concluiu que a subestimação dessa iniciativa foi um erro e o seu não enfrentamento gerou graves consequências, pois começaram a se multiplicar projetos de lei que incorporam os ideários do movimento “Escola sem Partido”.

## **2. Projeto “Escola Sem Partido”: uma análise crítica**

Diante de vários fenômenos que se apresentam no campo educacional nos últimos tempos, este trabalho se aterá à análise dos ideários que sustentam o movimento “Escola sem Partido”. Tal movimento inspirou centenas de projetos de lei que tramitam, ou já tramitaram, em 16 estados e em mais de 130 municípios brasileiros. Nossa intenção é contribuir com uma leitura crítica de tal proposta que vem, a cada dia, ganhando mais espaço e obtendo mais apoiadores.

Bárbara, Cunha e Bicalho (2017) destacam que o primeiro projeto do programa foi apresentado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), em maio de 2014, pelo Deputado Flávio Bolsonaro, à época pertencente ao Partido Social Cristão (PSC). No ano seguinte (março de 2015), o Deputado Federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF) apresentou

na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 867/2015, com o intuito de incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. Com esse mesmo objetivo, Magno Malta, do Partido da República (PR/ES), apresentou no Senado o PL nº 193/2016.

De acordo com Penna (2017), para os defensores do “Escola sem Partido”, a questão central não passa pelo crivo da constitucionalidade. O mais importante é conquistar a opinião popular, adquirir espaço no debate público e, desta forma, ganhar força dentre alguns segmentos da sociedade civil. Nota-se que os ideários contidos nele carregam consigo uma mistura de novos e velhos elementos e têm como base as seguintes características: a) apresentar uma concepção de escolarização; b) a desqualificação de professores; c) estratégias discursivas de teor fascista; d) a defesa do “domínio” dos pais sobre os seus filhos.

Este movimento reacionário revela-se repleto de questões problemáticas e contraditórias. Frigotto (2017, p. 17) caracteriza tal iniciativa como uma “[...] ameaça à vivência social e liquidação da escola pública como espaço de formação humana”. Tal definição se faz propícia diante da concepção de escolarização defendida. Para o “Escola sem Partido”, escolarização e educação caminham separadamente. Assim, educar é função unicamente da família e da religião. O papel da escola e do professor seria o de instruir, limitando-se a compartilhar informações neutras, sem mobilizar valores ou discutir a realidade do aluno. Qualquer prática contrária a isso é considerada doutrinação e deve ser punida.

Contrariando tal concepção de educação, Miranda (2014) afirma que o processo educativo se dá tanto no espaço da família quanto fora dela, sendo a escola a instituição decisiva para o seu pleno desenvolvimento. É um processo complexo, dialético e não fragmentado, como compreendem os defensores do “Escola sem Partido”.

Outro ponto importante a se destacar é o apelo religioso contido no movimento. Segundo suas premissas, o professor não poderia apresentar nenhum tipo de conteúdo em conflito com as convicções religiosas dos estudantes. No entanto, Saviani (2011, p.14) afirma que “[...] a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. Nesse sentido, tal exigência interfere gravemente na socialização dos conteúdos científicos,

artísticos e filosóficos, fazendo que, por consequência, a escola se esvazie e perca sua finalidade. Trata-se de usurpar do aluno o direito de ter acesso às objetivações humanas em suas máximas potencialidades, condenando-o a viver na superficialidade da vida cotidiana.

Na contramão do “Escola sem Partido”, a Constituição Federal estabelece que:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (BRASIL, 1988).

Esse artigo explicita o caráter laico que o Estado e todo serviço por ele prestado devem manter. Dessa forma, fica evidente que as convicções religiosas pertencem ao âmbito privado e dizem respeito unicamente ao aluno e sua família. O direito de professar uma fé será respeitado, obviamente. No entanto, o currículo escolar, de âmbito público, não pode ser determinado por questões de natureza particular, como é a religião.

Outro ponto a se destacar é a defesa de uma suposta neutralidade política e ideológica. O anteprojeto de Lei Federal, disponível na página virtual do programa, propõe em seu artigo 1º que a educação nacional atenda aos princípios da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado.

O equívoco contido neste trecho aponta para a total ignorância, ou má fé, sobre a concepção de política. Educar é um ato político, portanto, não existe nenhum trabalho educativo neutro. Oliveira (1996, p. 9) explica que “[...] a escolha e utilização de uma ou outra possibilidade já existente temem seu bojo, consciente ou inconscientemente, uma posição ético-política determinada”. Em suma, o próprio programa que exige neutralidade política e ideológica nas escolas não é neutro. Suas concepções e defesas são politicamente posicionadas.

Mais um aspecto importante é a questão da desqualificação do professor. Ao estabelecer uma lista de proibições em relação à conduta docente, cria no imaginário popular uma figura demonizada, que deve ser vigiada, pois pode desvirtuar os valores familiares dos alunos em suas aulas.

O movimento “Escola sem Partido” esvazia o trabalho docente ao retirar do professor aquilo que lhe é característico, o direito de ensinar. Penna (2017, p. 41) alerta que “[...] a

desqualificação do professor no projeto aparece como a remoção, até explicitamente, de todas as suas atribuições profissionais, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão”. Tal investida fere a liberdade de cátedra, atingindo o âmago da atividade docente. Desta forma, o professor perde a sua real importância no processo de ensino e aprendizagem. É despido de seu caráter intelectual e reduzido a um mero informador.

A proibição do estímulo aos alunos à participação em manifestações, atos públicos e passeatas mostra-se excessiva e até mesmo contrária a uma educação democrática. A participação dos jovens em protestos é um fator de grande importância para o desenvolvimento de uma educação democrática, seja pelo conhecimento adquirido a partir da experiência, ou por fomentar nos alunos uma preocupação com as questões políticas da sociedade.

O movimento ainda apoia a criação de um canal de denúncia direto entre estudantes e a Secretaria de Educação, que receberia denúncias anônimas e repassaria para o Ministério Público, criando, desta maneira, um forte clima de denunciismo e de ódio voltado aos professores. O “Escola sem Partido” implanta o medo, o cerceamento de ideias e a censura nas salas de aula.

Somado a isso, a ideia de poder total dos pais sobre os filhos inflama ainda mais a discussão sobre o assunto. O lema “#meusfilhosminhasregras” é amplamente utilizado nas redes sociais pelos apoiadores do projeto. Penna (2017) assinala que no dia 25 de maio de 2016, José Mendonça Bezerra Filho, Ministro interino da Educação, realizou uma de suas primeiras audiências públicas a fim de atender grupos da sociedade civil. O grupo atendido neste dia foi o “Revoltados OnLine”, liderado por Marcello Reis e composto, inclusive, pelo ator (e agora deputado federal) Alexandre Frota. Nesta ocasião, o grupo de extrema direita levou suas pautas para a educação nacional e a principal delas era a defesa do “Escola sem Partido”.

Apoiados por Miguel Nagib, afirmaram veementemente que os professores estariam usurpando a autoridade moral dos pais e ensinando em suas salas de aula a “ideologia de gênero” com o intuito de exterminar a família tradicional, transformando os alunos em gays e lésbicas. Nota-se aqui a utilização de uma estratégia fascista de discurso. A tentativa de desumanizar docentes, tornando-os monstros perigosos, inimigos da sociedade, pode ser

comparada, guardadas as devidas proporções, ao discurso antissemita utilizado pelos alemães na década de 1930.

Precisamos evidenciar que o debate sobre questões de gênero não caminha nesse sentido. Discutir gênero em sala de aula engloba reflexões acerca das relações construídas historicamente entre homens e mulheres (machismo, homofobia, desigualdades), mostrando que, se tais relações foram construídas no seio da sociedade, também podem ser desconstruídas e superadas historicamente pelo conjunto dos indivíduos.

Espinosa e Queiroz (2017) afirmam que os que defendem a iniciativa do “Escola sem Partido” o fazem apoiados na suposta preocupação com o grau de “contaminação” político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis de ensino. Novamente nos deparamos com a construção de um discurso que intenciona a depreciação do espaço escolar, apontando-o como um lugar contaminado, que precisa, portanto, ser purificado.

Os mesmos autores assinalam que não se trata somente de uma disputa por projetos de educação e de escolarização, mas, de uma disputa por narrativas, sentidos, percepções, representações e práticas do mundo social. Tal afirmação se explicita quando o Plano Nacional de Educação (PNE) decide excluir de seu texto todas as metas relativas ao combate à desigualdade de gênero após sofrer forte pressão de grupos conservadores.

Os adeptos do “Escola sem Partido” também tomam os livros didáticos e paradidáticos como alvo, tecendo recomendações acerca deles. O *blog* “De olho do livro didático”, de autoria de Orley Silva, também membro do movimento, se dedica a reunir denúncias contra livros didáticos. Penna (2017) assinala que uma das últimas reclamações dizia respeito à presença de conteúdos relacionados ao Candomblé e Umbanda em livros didáticos do Ministério da Educação (MEC) de 2016, destinados a crianças de 6 a 10 anos.

O livro em questão, de acordo com Penna (2017, p. 46), trazia a imagem de Xangô, acompanhado da legenda “Xangô: Deus do trovão e da justiça. O símbolo desse orixá é um machado de duas lanças chamado oxé. Esse machado representa a justiça”. Segundo a concepção do movimento, os autores desse livro didático, juntamente com os professores, se dedicam a convencer sistematicamente os alunos a se converterem ao Candomblé e Umbanda, uma vez que afirmam a existência de uma suposta doutrinação religiosa neste conteúdo.



“Surpreendentemente”, quando são representados Zeus, Apolo, Afrodite ou qualquer figura relacionada ao cristianismo, não há qualquer tipo de mobilização contrária.

Logo, concluímos que aquilo que o movimento classifica como doutrinação religiosa desvela-se como um nítido ataque às diferentes formas de pensar e viver, especialmente no que diz respeito às religiões de matrizes africanas. Trata-se de um desserviço prestado aos que lutam pela superação da intolerância religiosa que é endereçada aos grupos minoritários.

Outra denúncia presente no blog tem relação com a famigerada “ideologia de gênero”. A reclamação é referente a um exercício com o seguinte enunciado: “Vejam os desenhos que três crianças fizeram para representar suas famílias”. A atividade veio acompanhada de três desenhos infantis: uma família homoafetiva, uma família de diferentes etnias e uma família com uma mãe solo. Diante desses desenhos o aluno responderia uma questão de múltipla escolha, concluindo que “[...] as famílias são diferentes umas das outras”. Apenas isso, porém, para os adeptos do “Escola sem Partido”, seria ideologia de gênero (idem, *ibidem*).

Penna (2017) enfatiza a face cruel de tal ideário, tendo em vista que, estatisticamente, no Brasil, a configuração familiar mais comum é a que foi representada no terceiro desenho. A exaltação de um único modelo possível de família, composto por uma mãe, um pai e um casal de filhos, marginaliza um número incontável de crianças que não se sentirão representadas pois não se encaixam num determinado padrão.

Mais uma vez a falácia da ideologia de gênero cai por terra e novamente evidencia-se o ódio às diferenças, além da resistência em aceitar que as pessoas tenham o direito de viver suas vidas e serem respeitadas em suas escolhas.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também não passou ileso. Caldas (2016) relembra que a prova de 2015 foi denunciada pelo movimento por ter proposto como tema da redação “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Foi enviada uma representação à Procuradoria Geral da República afirmando que se tratava de uma doutrinação ideológica, pois obrigava os alunos a respeitarem os direitos humanos.

Retrocedemos assustadoramente. Já não lutamos mais por avanços. A luta passou a ser em defesa do óbvio. O silenciamento que o “Escola sem Partido” pretende impor extrapola todos os limites, chegando a colocar em risco a integridade física de mulheres, pois, segundo os defensores do movimento, ninguém deve ser obrigado a concordar que a agressão contra as

mulheres é um problema a ser debatido e combatido. É a naturalização da desumanização, isto é, a barbárie.

É importante salientar que não duvidamos que entre os apoiadores desse movimento existam pais realmente preocupados com seus filhos e com a educação escolar que recebem. Numa leitura despreocupada, os objetivos deste grupo podem parecer repletos de boas intenções, uma genuína tentativa de melhorar a educação pública. Porém, Martins (2015, p. 36) explica que a essência de um fenômeno não está posta explicitamente em sua concreticidade aparente. De acordo com a autora, a essência “[...] não se revela de modo imediato, mas sim pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais”.

Mesmo diante de fundamentações tão frágeis e que vão contra vários princípios da nossa Constituição, o “Escola sem Partido” alcançou um nível de expansão preocupante que não pode ser desconsiderado. Por essa razão, mesmo diante da desaceleração do movimento, é preciso construir coletivamente uma oposição consistente. Isso porque ainda que o projeto não tenha se tornado lei, o espectro do controle e do cerceamento já está posto e as comunidades escolares de todos os níveis sentem seus efeitos no cotidiano do trabalho e do estudo.

### **3. Construindo a resistência**

A história revela que investidas contra os direitos adquiridos pela classe trabalhadora não é uma novidade. No que tange a educação brasileira, tais ataques ficam cada vez mais ferozes, evidenciando, assim, a intenção de inviabilizar a escola pública de qualidade no país. Porém, a própria história nos dá subsídios para acreditar que movimentos de resistência sempre se organizaram contra os desmandos vigentes e tais iniciativas, construídas no passado, soam para nós como centelhas de esperança para as lutas que precisamos travar no presente.

A organização de um movimento de resistência passa, inerentemente, pela compreensão da gravidade do momento vivido. Ramos e Frigotto (2017) destacam que o golpe de Estado efetivado pela classe dominante no ano de 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma, instaura uma condição de exceção, interrompendo uma frágil ordem democrática, atingindo, sem dúvida, o Estado de Direito.

Segundo os autores, o golpe materializou-se em uma nítida violência contra a classe trabalhadora, tendo em vista as inúmeras contrarreformas aprovadas e as que ainda estão em curso, que caso prosperem, várias gerações da classe trabalhadora viverão sob a insegurança de tudo aquilo que é essencial à sobrevivência: comer, beber, vestir, morar. Além disso, estaremos submetidos à violência de um Estado policial extremamente truculento.

Podemos afirmar que todas as ditaduras e golpes vivenciados em nossa história buscam, *a priori*, conservar o domínio do capital e, para isso, necessitam intervir na disputa de ideias, especialmente as provenientes da educação escolar. Ramos e Frigotto (2017) enfatizam que não é por coincidência que todo golpe e ditadura investem em sérias reformas no campo econômico, político, cultural e educacional.

Sobre o golpe que vivemos, os autores destacam que “sua natureza e profundidade, nos dias atuais, estão relacionadas à crise estrutural do sistema capital que, para prosseguir, necessita ser cada vez mais destrutivo e violento contra os direitos da classe trabalhadora e de seus filhos”(idem, p. 29). Nesse sentido, também é interesse do capital o empobrecimento da educação escolar recebida pela classe trabalhadora, objetivando a formação de mão de obra barata e acrítica, totalmente subordinada aos reveses que lhes forem impostos. Enquanto isso, a educação destinada à classe dominante continuará como sempre foi: de excelência.

Tais interesses são coerentes com a compreensão economicista da educação que a submete à lógica do mercado e reitera a dualidade educacional e à diferenciação dentro desta dualidade, de modo a restringir o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento sistematizado e limitar sua trajetória escolar ao não prosseguimento de estudos no nível superior ou a um ensino superior de qualidade inferior ao tradicionalmente cursado pelas elites (idem. p. 30).

Diante de tal constatação, Martins e Carvalho (2017) afirmam que a crise capitalista tem instituído condições cada vez mais degradantes de existência humana. O trabalho está submetido a padrões inimagináveis de exploração. Para os autores, a manutenção desta forma de conceber a sociedade necessita de mecanismos que operem com o objetivo de obter total consentimento dos indivíduos neste ciclo destrutivo.

A crise do capitalismo reflete na educação em forma do máximo esvaziamento dos conteúdos, ampliando, assim, o número de trabalhadores semiqualeificados sempre dispostos a

qualquer tipo de emprego. Martins e Carvalho (2017) apresentam a reforma do Ensino Médio como exemplo da concretização desse empobrecimento.

No entanto, assim como houve mobilização contrária à reforma do Ensino Médio, não tem sido diferente em relação ao “Escola sem Partido”. Ao perceberem a ameaça crescente, diversos grupos e movimentos historicamente comprometidos com a educação pública brasileira manifestaram-se, promovendo os mais variados encontros com o objetivo de aprofundar o debate sobre o tema.

É certo que o “Escola sem Partido” ganhou projeção nacional contando com o apoio de grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados OnLine. No entanto, os que se posicionaram contrários aos ideários deste movimento não ficaram apáticos assistindo aos desdobramentos de tal iniciativa como meros expectadores.

Nas redes sociais, grupos já se formaram e dentre eles se destaca o “Professores contra o Escola sem Partido”, iniciativa criada por professores e estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) que reúne e divulga uma gama de artigos informativos, vídeo-aulas, debates e opiniões de vários profissionais da área de educação sobre a temática. Atualmente conta com mais de 77 mil apoiadores. Trata-se de um dos primeiros movimentos sociais de oposição direta às propostas do “Escola sem Partido”.

Outras iniciativas também foram formuladas. Esforços nascidos da coletividade, unidos por um mesmo ideal: a preservação do direito de aprender, do dever de ensinar e da promoção de uma educação democrática, portanto, livre e sem mordação. Frutos do movimento de resistência já são colhidos. As críticas elaboradas por aqueles que discordam dos ideários defendidos pelo “Escola sem Partido”, mais o repúdio demonstrado pela Comissão de Educação do Senado, foram eficazes para frear Magno Malta, fazendo-o recuar e solicitar a retirada do PL 193/2016 de tramitação na Casa. Além disso, em dezembro de 2018, o PL 867/2015, que tramitava na Câmara dos Deputados, foi arquivado em decorrência do fim da atual legislatura. O arquivamento do projeto foi comemorado por seus opositores como mais um passo contra o obscurantismo, fortalecendo a certeza de que a resistência deve permanecer firme e atuante em busca do enriquecimento da formação escolar.

Resistir aos ideários do “Escola sem Partido” é reafirmar que a escola é um espaço educativo privilegiado, que os professores devem preparar os seus alunos para uma vivência

consciente e crítica contra os conformismos e preconceitos impostos diariamente por uma sociedade de exploração e silenciamento da classe trabalhadora.

Duarte (2013, p. 246), aponta que “[...] quanto mais as ações realizadas no interior da escola se assemelham ao cotidiano da sociedade capitalista, mais alienante se torna a educação escolar”. Em contrapartida, afirma que “[...] lutar para que a escola transmita os conteúdos clássicos é uma atitude revolucionária” (idem, *ibidem*).

Essa luta passa pela mudança das narrativas que afirmam que a educação pública é um fracasso ou, que o importante para os mais pobres é conquistar um diploma com a promessa de ingressar no mercado de trabalho. Precisamos criar possibilidades assertivas, de resistência, que produzam novas leituras e releituras para o enfrentamento à narrativa dominante.

### **Considerações finais**

É sabido que no Brasil a escola pública atende aos filhos da classe trabalhadora. Logo, não é do interesse da classe dominante que haja políticas públicas de investimento educacional a fim de proporcionar a estes indivíduos uma educação de qualidade. A dominação que as classes mais abastadas exercem sobre as classes mais pobres também passa pelo domínio intelectual, portanto, limitar o acesso ao conhecimento elaborado é condição para a perpetuação de um ciclo multifacetado de exploração de seres humanos por outros seres humanos.

Com o golpe de 2016 explicitou-se, ainda mais, o desejo e as ações pelo desmonte da escola pública, pelo esvaziamento dos conteúdos escolares e, especialmente, pelo acirramento da viabilidade de que alunos advindos da classe trabalhadora ingressem no Ensino Superior e possam ocupar espaços antes exclusivos dos filhos da classe dominante. A vida daqueles que vivem do trabalho ficou mais difícil. Nos dois anos de governo Temer o desemprego aumentou. A “reforma” do Ensino Médio e a PEC do teto dos gastos públicos foram aprovadas, compondo, entre outros retrocessos, um grande pacote de austeridades.

A vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, não despertou nenhuma perspectiva de melhora deste quadro. Ao contrário, a reforma da previdência aprovada em 2019 é exemplar da destruição de direitos sociais, assim como a Reforma Administrativa –

que ataca serviços e servidores públicos. No campo educacional, Bolsonaro primeiramente escolheu para ocupar o cargo de ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez, e, posteriormente, Abraham Weintraub, ambos apoiadores do movimento “Escola sem Partido”, o que não é de causar espanto, tendo em vista que a defesa de tal projeto configurou uma das bandeiras levantadas por Bolsonaro durante sua campanha. Os ataques à educação não cessam e quase que diariamente a categoria docente e estudantes são insultados, seja moralmente ou por meio dos cortes impostos à pasta.

Apesar do arquivamento do PL 867/2015 ter sido comemorado, a alegria não durou muito tempo, pois logo que iniciou o ano de 2019, a deputada Bia Kicis (PSL/DF) apresentou outro projeto, o PL246/2019, com tópicos muito parecidos com anterior. Como era de se prever, os defensores de tais ideários não desistiram facilmente desta empreitada.

No entanto a tentativa de Bia Kicis não foi forte o suficiente para dar andamento ao projeto, já que o PL apresentado por ela continua parado na Câmara sem grande expressão. Além disso, uma notícia abalou as estruturas do Movimento “Escola Sem Partido”. No mês de agosto do ano de 2020, Miguel Nagib anunciou seu desligamento do movimento que ele mesmo fundou e presidiu por mais de 15 anos consecutivos, fato que surpreendeu seus adeptos e nos indica certo esmorecimento diante das resistências constituídas.

A necessidade de perseverarmos em nosso papel de resistência continua na ordem do dia, a fim de combater quaisquer tentativas de implantação de projetos que objetivem o empobrecimento da educação destinada à classe trabalhadora.

Por meio da análise do ideário do “Escola sem Partido” podemos concluir que se coloca diante de nós um “antimovimento social”, que tem como objetivo cercear a prática docente, esvaziar a educação escolar e pauperizar a formação daqueles que frequentam as escolas públicas.

Tal ideário vai de encontro aos anseios democráticos, tendo em vista que ignora o diálogo, a pluralidade de ideias e de formas de existir no mundo, pautando-se no autoritarismo e na promoção do ódio na tentativa de impor seus princípios e valores particulares em um espaço que tem por dever ser coletivo.

Por isso, defendemos que a resistência da escola reside na consciência de que seu espaço é privilegiado para a socialização do saber sistematizado entre os trabalhadores, bem

como na formação de cidadãos que anseiem a superação da sociedade de classes e que lutem contra a desigualdade que nos assola.

Concluimos nossas reflexões afirmando que a articulação e mobilização da classe trabalhadora será de suma importância para os rumos que tomará o país. Para que isso seja possível, precisamos aguçar nossa consciência de classe e a compreensão dos fenômenos para além de sua aparência imediata. Isso tem a contribuição direta da educação escolar, razão pela qual o ideário do “Escola sem Partido” busca neutralizá-la.

### **FOR A DEMOCRATIC EDUCATION: A LOOK OF FIGHT AND RESISTANCE TO THE “NON-PARTISAN SCHOOL MOVEMENT”**

**ABSTRACT:** This paper aims to foster the discussion about the crisis in the democratic institutions that have been presented in Brazil for a few years, especially regarding the attempts to curtail and silence the critical thinking in the school education, materialized in the principles included in the Non-partisan School Movement. It is a conceptual theoretical study that seeks to analyze the principles of this project and what are its interests for the education in the country. We justify the choice of this topic by understanding the urgency of fighting for the preservation of the right to freedom of the professorship and of the act of teaching, defending the socialization of artistic, scientific and philosophical knowledge, particularly in Brazilian public schools, a place predominantly attended by the children coming from the social class that depends on the work. We can conclude that the Non-Partisan School Movement is defined as a social anti-movement that seeks to interfere in the teaching work in an authoritarian way, determining the school contents and how they should be transmitted in the classrooms. From the conclusions obtained, we highlight the importance of the collective organization of a strong movement of resistance to the acts that, now and then, violently attack the constitution and maintenance of a public, free, secular and quality school for all.

**Keywords:** Democratic education. Public school. Historical-critical pedagogy.

### **POR UNA EDUCACIÓN DEMOCRÁTICA: UNA MIRADA DE LUCHA Y RESISTENCIA AL MOVIMIENTO “ESCUELA SIN PARTIDO”**

**RESUMEN:** El objetivo del presente artículo es fomentar la discusión sobre la crisis en las instituciones democráticas que se presentan en Brasil desde hace algunos años, especialmente con relación a los intentos de restringir y silenciar el pensamiento crítico en la educación escolar, concretizado en los ideales del Movimiento Escuela sin Partido. Es un estudio teórico conceptual que busca analizar los fundamentos de este proyecto y cuáles son sus intereses para la educación del país. Justificamos la elección de este tema por comprender la urgencia de luchar por la preservación del derecho a la libertad de cátedra y del acto de enseñar, defendiendo la socialización de los conocimientos artísticos, científicos y filosóficos, especialmente en las escuelas públicas brasileñas, espacio predominantemente frecuentado

por los hijos de la clase que vive del trabajo. Podemos concluir que el Movimiento Escuela sin Partido se caracteriza como un antimovimiento social que busca interferir de manera autoritaria en el trabajo docente, determinando qué contenidos y cómo estos deben ser transmitidos en las clases. A partir de las conclusiones alcanzadas destacamos la importancia de la organización colectiva de un movimiento fuerte de resistencia a los ataques que, de una u otra forma, atentan ferozmente contra la constitución y mantenimiento de una escuela pública, gratuita, laica y de calidad para todos.

**Palabras clave:** Educación democrática. Escuela pública. Pedagogía histórica-crítica.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. A democracia no capitalismo. In: SOUZA, Robson Sávio Reis; PENZIM, Adriana Maria Brandão; ALVES, Claudemir Francisco (Orgs.). **Democracia em crise: o Brasil contemporâneo**. 1. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017. p. 19-44.

BÁRBARA, I. S. M. S.; CUNHA, F. L.; BICALHO, P. P. G. Escola Sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LLP, 2017. p. 105-120

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 11ª ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

CALDAS, R. R. O antimovimento social “Escola Sem Partido” e a negação da produção de subjetividades nos espaços públicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29. **Contra os preconceitos: história e democracia**. Anais..., [s.l.]: Anpuh, 2016. Disponível em: <[https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/07/artigo\\_anpuh-2017-renan-rubim.pdf](https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/07/artigo_anpuh-2017-renan-rubim.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2019.

DUARTE, N. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

ESPINOSA, B. R. Solano; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, RJ. UERJ, LPP, 2017, p. 49-62.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola Sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, RJ. UERJ, LPP, 2017, p.17-34.



MACHADO, A. J. P. A democracia representativa no Brasil: problemas e questionamentos. **Estação Científica**, Macapá, v. 6, n. 1, p. 09-18, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/viewFile/1935/audaliov6n1.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2019.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

MARTINS, L. M.; CARVALHO, S. R. Educação escolar e resistência: a (des)qualificação do ensino e a obnubilação da consciência. **Cadernos de Pesquisa em Educação**. Vitória, ES. a. 14, v. 19, n. 46, p. 68-88, jul./dez. 2017. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19330>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

MIRANDA, J. **Introdução ao direito da educação**: direito português e direito brasileiro. E-Pública, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 01-29, jun. 2014. Disponível em:<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-184X2014000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X2014000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 jul. 2018.

OLIVEIRA, B. **O trabalho educativo**: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação**. Vitória, ES. a. 14, v. 19, n. 46, p. 26-47, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19329/13057>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações.11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

**Submetido em:** Janeiro/2019.

**Aprovado em:** Abril/2020.

**Publicado em:** Dezembro/2020.